

Exmo. Senhores Directores

Arqt. João Carlos dos Santos

Dr^a Maria Catarina Coelho

Enquanto profissionais do Património Arqueológico ao serviço da Direção Geral do Património Cultural | DGPC – alguns dos quais envolvidos nos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no sítio na década de 90 de XX – serve a presente missiva como manifesto do nosso total repúdio relativamente à postura, posições e decisões de V. Ex.ªs em todo o processo de requalificação e valorização da Sé Catedral de Lisboa, classificada como Monumento Nacional desde 1910.

Queremos deixar claro, e por escrito, à semelhança do que afirmámos em Setembro de 2020¹ e em Dezembro de 2021², que nos distanciamos inteiramente dessas opções, vendo-nos obrigados a evocar, aqui, e uma vez mais, o papel que por lei cabe à instituição e aos seus profissionais na defesa e proteção do Património.

Sentimo-nos, neste momento em particular, profundamente envergonhados e chocados ao tomar conhecimento das conclusões do parecer elaborado pela empresa A2P ao *Projeto de Estruturas da Intervenção na Sé de Lisboa (Versão 3)*, a pedido do *Movimento Cívico pela Preservação do Património Arqueológico da Sé Catedral de Lisboa* – que, aliás, e conforme ali é referido, reitera muitas das preocupações já contempladas nos estudos realizados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil | LNEC, em 2020 e 2022.

Parece-nos assim claro que i) a opção de construir pisos enterrados foi apenas uma opção de projeto e não é um imperativo de estabilidade, como sempre foi afirmado; ii) o projeto não previu devidamente os riscos sísmicos e não garante a estabilidade do claustro; iii) a construção do piso -1 é destrutiva e oculta, porque o torna invisível ao público, o extraordinário valor patrimonial conservado no Claustro da Sé. Estamos igualmente preocupados com a integridade da construção original e com o edifício que resultará desta intervenção.

Ao longo deste processo inverteram-se as prioridades, colocando-se à frente da salvaguarda do património o primado do exercício da arquitetura. Constatou-se que não foi reconhecida a necessidade de adaptação do projeto aos vestígios arqueológicos que entretanto foram sendo identificados, e cujo real valor patrimonial é indiscutível.

¹ Requerimento dos técnicos da Direção-Geral do Património Cultural apresentado ao Senhor Director-Geral apelando à preservação das ruínas da Mesquita aljama medieval conservadas no Claustro da Sé de Lisboa;

² Requerimento dos técnicos da Direção-Geral do Património Cultural apresentado ao Senhor Director-Geral apelando, mais uma vez, à preservação das ruínas islâmicas conservadas no Claustro da Sé de Lisboa.

Acresce que, do ponto de vista técnico, se opta por soluções de projeto que dificilmente seriam aprovadas se apresentadas no contexto de uma proposta incidente sobre património classificado, submetida por uma entidade externa ou por um privado³.

Fica para nós claro que a DGPC agiu de forma extremamente discutível, contra a sua própria natureza e missão, pois exige aos cidadãos o que não faz. Descredibiliza-se perante nós e os outros, fragilizando a nossa posição enquanto responsáveis pela emissão de pareceres técnicos.

Há sempre tempo de reverter a situação, atendendo ao superior interesse da salvaguarda do Património.

Alexandra Estorninho	José Correia
Ana Cristina Araújo	José Luis Monteiro
Ana Costa	Maria José Sequeira
Ana Nunes	Natalina Guerreiro
Ana Sofia Gomes	Patricia Mendes
Ana Vale	Patricia Monteiro
Cláudia Manso	Pedro Barros
David Gonçalves	Sandra Lourenço
Filipa Bragança	Sérgio Carneiro
Gertrudes Zambujo	Sofia Pereira
Isabel Inácio	Sónia Gabriel
João Marques	Rui Couto
José António Gonçalves	

³ Cf. Fotos 1, 2, 3 e 4



Foto 1- Alçado do muro de contenção/
Cruzes da Sé



Foto 2 – Alçado do muro de contenção/claustro



Fotos 3 e 4 – Corte de cantaria para abertura de um novo acesso entre o corredor do deambulatório e o espaço exterior do claustro